



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

Inquérito Civil n. 06.2016.00003383-1

TERMO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL

n. 0001/2020/14PJ/BLU

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, titular da 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau, no exercício de suas funções como Curador da Moralidade Administrativa; e **RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do RG n. 3.679.584 e inscrito no CPF sob o n. 033.008.809-20, nascido em 09/06/1980, natural de Blumenau/SC, filho de Wilson Rogério Wan-Dall e Jorema Wan-Dall, residente na Rua Coronel Vidal Ramos, n. 129, apartamento 1002, Jardim Blumenau, Blumenau/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, autorizados pelos artigos 17, § 1º, da Lei n. 8.429/92, 8 a 12 da Resolução n. 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público e 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 e

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público, previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, nos artigos 26 e 27 da Lei n. 8.625/93 e nos artigos 90 e 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina), das quais se extrai competir-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

sociais e individuais indisponíveis, em cujo contexto se insere a defesa do patrimônio público e dos princípios constitucionais da Administração (artigo 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no artigo 37 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019, dentre outros pontos, alterou a redação do artigo 17, §1º, da Lei n. 8.429/92, positivando o acordo de não persecução cível: *"a ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar. § 1º As ações de que trata este artigo admitem a celebração de Acordo de Não Persecução Cível, nos termos desta Lei"*;

CONSIDERANDO que o artigo 1º, § 2º, da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e o artigo 25, § 2º, do Ato n. 395/2018/PGJ, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, permitem o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, assegurando-se o ressarcimento ao erário e a aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado;

CONSIDERANDO que a Lei 7.347/85 dispõe em seu artigo 5º, § 6º,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

que "os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terão eficácia de título executivo extrajudicial";

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.429/92 disciplina as condutas caracterizadoras de atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (artigo 9º), que causam dano ao erário (artigo 10) e que atentam contra os princípios norteadores da atividade administrativa (artigo 11);

CONSIDERANDO que, conforme foi apurado no Inquérito Civil n. 06.2016.00003383-1, Ronaldo Rogério Wan-Dall, ora denominado **COMPROMISSÁRIO**, na condição de Secretário de Administração do Município de Blumenau à época, deixou de cumprir a decisão judicial proferida no dia 25 de julho de 2015, pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Acidentes do Trabalho e Registros Públicos do Município de Blumenau, nos autos do Mandado de Segurança SAJ n. 0310445-15.2015.8.24.0008;

CONSIDERANDO que a referida decisão determinou, ao então Secretário Municipal de Administração do Município de Blumenau, Ronaldo Rogério Wan-Dall, ora **COMPROMISSÁRIO**, a habilitação da empresa K3 Motos Ltda. no processo licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 105/2015 e a inclusão da sua proposta de preços na forma apresentada;

CONSIDERANDO que, embora devidamente intimado da referida decisão no dia 29 de julho de 2015, o **COMPROMISSÁRIO** optou por dar



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

seguimento aos demais atos em favor da empresa vencedora no Pregão n. 105/2015, permitindo a contratação dos equipamentos junto à Regata Motos Ltda.;

CONSIDERANDO que as condutas do **COMPROMISSÁRIO** se subsumem às disposições do artigo 11, *caput* e inciso II, da Lei n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que todo agente público tem o dever jurídico de observar os princípios regentes da legalidade e da moralidade;

CONSIDERANDO que a conduta do **COMPROMISSÁRIO** corresponde a um atentado contra a dignidade do Poder Judiciário, o seu prestígio, o seu respeito, além de grave inobservância aos valores da honestidade e lealdade às Instituições, derivações diretas do princípio da moralidade;

CONSIDERANDO que o **COMPROMISSÁRIO** manifestou interesse em solucionar o caso por meio consensual, em audiência extrajudicial realizada no dia 18 de junho de 2020;

CONSIDERANDO que, com a celebração do presente **Acordo de Não Persecução Cível**, todos os fins da Lei de Improbidade Administrativa serão atingidos, notadamente a proteção do patrimônio público e dos princípios administrativos que regem a Lei de Improbidade Administrativa;

RESOLVEM firmar o presente **ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL**, nos seguintes termos:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

I - DO OBJETO

Cláusula 1ª: O presente Acordo de Não Persecução Cível tem por objeto o fato subsumido à hipótese típica prevista no artigo 11, *caput* e inciso II, da Lei de Improbidade Administrativa (n. 8.429/92), em razão do **COMPROMISSÁRIO** ter descumprido a decisão liminar proferida no dia 25 de julho de 2015, pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Acidentes do Trabalho e Registros Públicos do Município de Blumenau, nos autos do Mandado de Segurança SAJ n. 0310445-15.2015.8.24.0008.

II - DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª: O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se:

(I) ao pagamento de multa civil, no valor de 1 (uma) vez a remuneração percebida no mês de julho de 2015, devidamente corrigida monetariamente, de 25/07/2015¹ a 30/06/2020, totalizando a quantia de **R\$ 11.168,78 (onze mil cento e sessenta e oito reais e setenta e oito centavos)**²;

(I.1) O valor será dividido em 4 (quatro) parcelas iguais, mensais e

¹ Data da decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 0310445-15.2015.8.24.0008.

² Correspondente ao valor de 1 (uma) vez a remuneração percebida no mês de julho de 2015: R\$ 9.024,86 (nove mil vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos), conforme "Demonstrativo de Pagamento de Salário" constante da fl. 341 do presente inquérito - e atualizado de 25/07/2015 até 30/06/2020, de acordo com o índice adotado pela Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina (e conforme demonstrativo de cálculo ao final do presente acordo).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

sucessivas de R\$ 2.792,19 (dois mil setecentos e noventa e dois reais e dezenove centavos), a primeira com vencimento em 10/08/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, com final em 10/11/2020, e será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesado (FRBL) do Estado de Santa Catarina, mediante a expedição de guias, as quais serão expedidas em sistema próprio e enviadas ao endereço eletrônico do **COMPROMISSÁRIO** (e de seu advogado), devendo o **COMPROMISSÁRIO** apresentar o comprovante de cada parcela, mensalmente, ao Ministério Público, que instaurará procedimento administrativo próprio para a fiscalização do pactuado;

III - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 3ª: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a:

(I) comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou *e-mail*; e

(II) comprovar perante o Ministério Público, mensalmente, o cumprimento das obrigações principais, independentemente de notificação ou aviso prévio (salvo quando expressamente previsto), devendo, quando for o caso, por iniciativa própria e de forma antecipada e documentada, apresentar eventual



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

justificativa para o não cumprimento dos prazos, para análise quanto a possível prorrogação.

IV - DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DO ACORDO

Cláusula 4ª: O descumprimento de quaisquer das obrigações (principais ou acessórias) resultará, se for o caso, no prosseguimento do Inquérito Civil e no ajuizamento da respectiva Ação de Improbidade Administrativa, sem prejuízo do pagamento das multas previstas pelo descumprimento das cláusulas ajustadas no presente instrumento e da execução específica das obrigações assumidas, conforme seja viável, constituindo o presente instrumento Título Executivo Extrajudicial, na forma do disposto no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85;

Cláusula 5ª: Para o caso de descumprimento das obrigações previstas no item da cláusula 2ª, sem prejuízo da cláusula anterior, fica ajustada a **MULTA PESSOAL** ao **COMPROMISSÁRIO**, no valor de R\$ 20.000,00 (dez mil reais), devida independentemente de notificação, passará a incidir a partir do dia imediato (inclusive) ao do vencimento, e será revertida para o FUNDO ESTADUAL DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DE SANTA CATARINA;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

Cláusula 6ª: O descumprimento do item I da cláusula 2ª importará no vencimento antecipado das parcelas pendentes, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 4ª e 5ª, e autorizará o protesto extrajudicial do título, que será acrescido mediante correção pelo INPC e juros de 1% ao mês;

V – DA PRESCRIÇÃO

Cláusula 9ª: Os signatários do presente acordo reconhecem expressamente que a ação civil de protesto constitui instrumento hábil à interrupção do prazo prescricional, sendo possível, portanto, se for o caso, a interrupção da prescrição pelo protesto judicial (artigo 202, inciso II, do Código Civil, c/c artigo 726, § 2º, do Código de Processo Civil).

VI - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 10ª: O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a, durante o prazo para o cumprimento do acordo, não ajuizar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente acordo contra o **COMPROMISSÁRIO**, bem como, em caso de cumprimento integral do acordo, obriga-se a arquivar definitivamente qualquer procedimento relacionado ao acordo em relação ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

COMPROMISSÁRIO, ressalvadas eventuais responsabilidades administrativas e penais não albergadas pelo presente Acordo e a superveniência de novas provas que possam enquadrar o **COMPROMISSÁRIO** em conduta ímproba mais grave.

VII - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO

Cláusula 11ª: Para fins do disposto no artigo 17, § 1º, da Lei n. 8.429/92, o **COMPROMISSÁRIO** aceita o presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente instrumento em três vias de igual forma, teor e valor jurídico.

VIII - DA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO

Cláusula 12ª: Para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o órgão ministerial abaixo nominado submeterá o presente acordo ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de homologação.

IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 13ª: O presente compromisso entrará em vigor a partir da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

data de sua assinatura;

Cláusula 14ª: As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Compromisso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este Termo de Não Persecução Cível, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.348/58.

Blumenau, 24 de julho de 2020.

[assinatura digital]

Gustavo Mereles Ruiz Diaz

Promotor de Justiça

Ronaldo Rogério Wan-Dall

Compromissário

Dênio Alexandre Scottini

Advogado - OAB/SC n. 8.318

Resultado do Cálculo de Atualização Monetária	
Valor	R\$ 9.024,86
Data inicial	25/07/2015 ³



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU

Data final	30/06/2020
Valor atualizado	R\$ 11.168,78
Juros mensal	Juros de 0,00%.
Valor dos juros	R\$ 0,00
SELIC	R\$ 0,00
Subtotal	R\$ 11.168,78
Honorários advocatícios (0,00%)	R\$ 0,00
Total	R\$ 11.168,78
Multa (10,00%)	R\$ 0,00
Total geral	R\$ 11.168,78
Cálculo efetuado em 14/07/2020 16:19	

Fonte: <https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/atualizacao-monetaria>